

A Presença de Deus na Filosofia de René Descartes

Douglas Rodrigues da Conceição

Resumo

A estruturação do pensamento cartesiano iniciada nas obras *Discurso do método* e *Meditações*, diante das exigências do mundo moderno, não sustentou uma teoria do conhecimento sem recorrer a determinadas instâncias da tradicional metafísica. Portanto, o presente artigo pretende apontar uma via para o acesso ao conceito de Deus no pensamento de René Descartes.

Palavras-chave: René Descartes, conhecimento, filosofia, teologia, metafísica, Deus

Abstract

God in the Philosophy of René Descartes

The structure of the cartesian thought, initiated in his works *Discourse on Method* and *Meditations on First Philosophy*, in front of the exigencies of the modern world, did not sustain a theory of the knowledge without resorting the certain instances of the traditional metaphysics. So, the present article seeks to point a way to the access to the God concept in the thought of René Descartes.

Key words: René Descartes, knowledge, philosophy, theology, metaphysics, God

[...] procura não entrar imediatamente no mar, mas através dos riachos, pois é preciso progredir das coisas mais fáceis para as coisas mais difíceis...

S. Tomás de Aquino

Introdução

Descartes era um pensador do círculo francês e vivia sob a guarda da Universidade de Paris. Como uma Universidade que expandia a sua importância para além das fronteiras francófonas, este círculo escolástico de intelectuais contemplava os avanços científicos e filosóficos das universidades italianas, alemãs e inglesas, ao mesmo tempo em que se alocavam numa instituição de ensino de grande importância para a tradição teo-filosófica.

O tomismo se configurava como paradigma dos integrantes do mundo intelectual da cidade de Paris, numa época em que a universidade de Oxford, por exemplo, abalava os cânones do pensamento filosófico a partir dos postulados nominalistas. Este abalo provocado pelos ingleses e os avanços tecnológicos aliados ao pensamento científico motivaram certo ceticismo em relação à

perenidade da metafísica.¹ Desta maneira, Descartes se lançava como um pensador preocupado em restabelecer à Filosofia Primeira o seu papel de fundamento da verdade dos procedimentos científicos, como também o de resgatar a indubitabilidade dos fundamentos do conhecimento. Para Descartes, portanto, a ciência deveria se ocupar apenas com aqueles objetos dos quais o nosso espírito parece ser capaz de adquirir uma cognição certa e indubitável.²

A filosofia cartesiana não é propriamente uma metafísica no sentido aristotélico ou tomista. Antes, ela é uma teoria do conhecimento que procurou responder as perguntas pelos fundamentos do saber. Desta maneira, podemos encontrar nas *Meditações Metafísicas* dois planos temáticos: o plano da *ordem das certezas* e o plano da *ordem das coisas*, onde o filósofo francês delineou uma estratégia que sutilmente alocou o dossel tomista sob as novas exigências reflexivas da modernidade.

Para Raul Landin Filho, a Filosofia Primeira cartesiana, ao contrário da metafísica clássica, não é uma ciência que visa prioritariamente o conhecimento de objetos específicos como, por exemplo, o conhecimento da alma imaterial, de Deus etc. Se ela demonstrou a existência de certos objetos é porque somente por meio deste conhecimento foi possível fundamentar as outras ciências. A metafísica cartesiana visa, portanto, a fundamentação do saber.³

1. O Método de Descartes

Há, no momento inaugural da modernidade, uma crise generalizada da autoridade. A difusão do ceticismo levantou sérias questões ao edifício construído pelas ciências. O método cartesiano apresentava-se como um caminho norteador e direcionador de um bom uso da razão, pois defendia que a racionalidade é natural ao homem.

A relativização do saber adquirido surge dentro de sua primeira obra intitulada *Discurso do Método*. A preocupação de René Descartes vai à busca do fundamento que precisa ser construído em contraponto ao edifício aristotélico, no qual toda tradição encontrava sustentação. Portanto, o que urge, é a fundamentação de um novo tipo de conhecimento que abarque a totalidade do real. Estes novos fundamentos devem assumir a responsabilidade de remover o edifício aristotélico que ainda alicerçava a cultura das Escolas.

Fui nutrido nas letras desde a infância, e por me haver persuadido de que, por meio delas, se podia adquirir um conhecimento claro e seguro de tudo o que é útil à vida, sentia extraordinário desejo de aprendê-las. Mas, logo que terminei todo esse curso de estudos, ao cabo do qual se costuma ser recebido na classe dos doutos, mudei inteiramente de opinião. Pois, me achava enleado em tantas

¹ Jonh Cottingham admite que os debates céticos, no fim do século XVI, se configura um elemento importante para à compreensão do pensamento filosófico de Descartes. Em 1562, aproximadamente trinta anos antes do nascimento de Descartes, Henri Etienne (Stephanus) publicara uma tradução francesa de um dos grandes clássicos da filosofia grega, *Esboços do Pirronismo*, de Sextus Empiricus (AD. 190). Esta obra, cujo título é dedicado ao fundador do ceticismo antigo, Pirro de Elis, apresentava uma série de argumentos concebidos para mostrar que a suspensão do juízo era a única conduta racional diante da evidência contraditória e cambiante de que dispõem as nossas crenças. Sextus, em seus *Esboços*, esquematiza dez modalidades de ceticismo – padrões de argumentação concebidos para induzir à suspensão da crença, chamando a atenção para variedade de conflitos e evidências que mostram que aquilo que parece ser verdade de um ponto de vista, ou um contexto de um conjunto particular de circunstâncias, poderia muito bem parecer o contrário em condições diferentes, ou de um ponto de vista distinto. Cf. Jonh COTTINGHAN. *Dicionário Descartes*. Trad. Helena Martins. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.

² Cf. Giovanni REALE, *História da filosofia*, p. 5. Tomo II.

³ Cf. Raul Landin FILHO. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 mar. 1996. Caderno Mais p. 5-10.

dúvidas e erros, que me parecia não haver obtido outro proveito, procurando instruir-me, se não o de ter descoberto cada vez mais minha ignorância. E no entanto, estivera numa das mais célebres escolas da Europa, onde pensava que deviam existir homens sábios, se que existiam em algum lugar da Terra.⁴

A edificação de um projeto filosófico se inicia na segunda parte do *Discurso do Método*. Esse novo projeto não deveria sinalizar para um novo tipo de conhecimento, mas para um conhecimento claro e seguro. Para Descartes, o que se acreditava saber não era realmente conhecimento, pois o que se denominava ser o conhecimento ainda não estava livre da possibilidade da dúvida. A pretensão de Descartes, portanto, residia sob o imperativo da criação de regras, cuja finalidade seria a de levar ao conhecimento verdadeiro de tudo que se é capaz de conhecer

i. O primeiro era o de jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; isto é, de evitar cuidadosamente a precipitação e prevenção, e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida.

ii. O segundo, o de dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-las.

iii. O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e supondo mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros.

iv. E o último, o de fazer em toda parte enumerações tão complexas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir.⁵

A questão cartesiana apresentada nas regras que o método deve seguir afasta toda e qualquer forma de argumentação diante da possibilidade de apropriação de um determinado objeto, como também a de estar diante do império do erro. A autoridade não pode mais exercer influências sobre as idéias, que por sua vez, levam Descartes à evidência de uma transparência entre razão e conteúdo intuitivo.⁶ Isso ocasiona a formulação de um conceito da mente pura e atenta, isto é, a possibilidade indubitável de se produzir idéias claras e distintas.

A produção de idéias claras e distintas sofre um abalo a partir da *Primeira Meditação*.⁷ Descartes está certo da possibilidade de se alcançar as coisas com clareza e distinção, porém também está diante da possibilidade de rejeição de tais coisas por motivação e/ou indícios de dúvidas acerca delas. O primeiro passo em direção à dúvida pauta-se na dimensão inconstante dos sentidos, posto que para Descartes, todo o seu saber edificado, até a formulação em questão, mantinha-se na esfera sensorial. É importante ressaltar que Descartes tratava apenas como falso o que é duvidoso. A idéia da dúvida em Descartes pretende leva-o ao caminho da construção do saber, logo ao alcance da verdade.

⁴ René DESCARTES, *O Discurso do método*, p. 30. (Os Pensadores)

⁵ René DESCARTES, *O Discurso do método*, p. 37-38.

⁶ Cf. Giovanni REALE, *História da filosofia*, p. 362.

⁷ O problema da chamada dúvida hiperbólica.

Nada, afirma Reale, resiste à força corrosiva da dúvida.⁸ Todavia, voltando-nos para o *Discurso do Método*, Descartes, após lançar tudo à dúvida, conclui que o ato de duvidar levava-o à uma certeza: *Penso, logo existo. (cogito ergo sum)*.⁹ O argumento do *cogito* conduz o pensador francês à determinação de um critério de certeza: o conhecimento claro e distinto.

Assim, Descartes chegou a um ponto seguro, posto que nada pode propor em discussão. Reale afirma que Descartes sabe que o homem é uma realidade pensante e está bem consciente do fato fundamental representado pela lógica da clareza e distinção. A aplicação das regras do método levou à descoberta de uma verdade que, retroagindo, confirma a validade daquelas regras que se encontram fundamentadas e, portanto, assumidas como norma de qualquer saber.¹⁰

E, tendo notado que nada há no eu *penso, logo existo*, que me assegure de que digo a verdade, exceto que vejo muito claramente que, para pensar, é preciso existir, julguei poder tomar por regra geral que as coisas que concebemos mui clara e mui distintamente são todas verdadeiras [...]¹¹.

2. Meditações Metafísicas e o Problema de Deus

Dentro da primeira meditação de Descartes surge o problema da chamada dúvida hiperbólica. É importante, entretanto, perceber que o problema da dúvida nasce a partir de uma finalidade: o estabelecimento de uma base metodológica confiável (indubitável) para uma nova ciência. A dúvida, em suma, é um meio para um fim. Descartes argumenta acerca da possibilidade de suspender todo o seu edifício construído através dos sentidos.

Tudo o que recebi, até presentemente, como o mais verdadeiro e seguro, aprendi-o dos sentidos ou pelos sentidos: ora, experimentei algumas vezes que esses sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou em vez. (§ 2 da Primeira Meditação).

Deus, diante do pensamento de Descartes, num primeiro momento, nasce da exploração dos limites impostos por sua generalizada dúvida, com a característica de enganador.

Todavia, há muito que tenho no meu espírito certa opinião de que há um Deus que tudo pode e por quem fui criado e produzido tal como sou. Ora, quem me poderá assegurar que esse Deus não tenha feito com que não haja nenhuma terra, nenhum céu, nenhum corpo extenso, nenhuma figura, nenhuma grandeza, nenhum lugar e que, não obstante, eu tenha os sentimentos de todas essas coisas e que tudo isso não me pareça existir da maneira diferente daquela que eu vejo? E, mesmo como julgo que algumas vezes os outros se enganam até nas coisas que eles acreditam saber com maior certeza, pode ocorrer que Deus tenha desejado que eu me engane todas as vezes em que faço a adição de dois mais três, ou em que enumero os lados de um quadrado, ou em julgo alguma coisa ainda mais fácil, se é que se pode imaginar algo mais fácil do que isso. Mas pode ser que Deus não tenha querido que seja decepcionado desta maneira, pois ele é considerado soberanamente bom. (§ 9 da Primeira Meditação).

⁸ Giovanni REALE, *História da filosofia*, p. 365.

⁹ René DESCARTES, *Discurso do método*, p. 46.

¹⁰ Giovanni REALE, *op. cit.*, p. 368.

¹¹ René DESCARTES, *op.cit.*, p. 47.

É importante ressaltar que com o argumento do cogito, a partir das regras do método, Descartes lança mão de uma primeira certeza fundamental, que o conduz à consciência de si mesmo como ser pensante. O movimento do conhecimento não se realiza a partir do externo, mas a partir do sujeito como *coisa* que pensa. Em nossa compreensão, Descartes já tem por consciente a estratégia que o levará a discutir, na *Terceira Meditação*, a existência de Deus. Quanto mais a dúvida for vivida como radical, mais certezas que se impuser, em seguida, se apresentarão como inabaláveis.

Suporei, pois, que há não um verdadeiro Deus, que é a soberana fonte da verdade, mas certo gênio maligno, não menos artiloso e enganador do que poderoso, que empregou toda a sua indústria em enganar-me. Pensarei que o céu, o ar, a terra, as cores, as figuras, os sons e todas as coisas exteriores que vemos são apenas ilusões e enganos de que eles se servem para surpreender minha credulidade. Considerar-me-ei a mim mesmo absolutamente desprovido de mãos, de olhos, de carne, de sangue, desprovido de quaisquer sentidos, mas dotado da falsa crença de ter todas essa. Permanecerei obstinadamente apegado a esse pensamento; e se, por esse meio não está em meu poder ao conhecimento de qualquer verdade, ao menos está em meu alcance suspender meu juízo. Eis por que cuidarei zelosamente de não receber em minha crença nenhuma falsidade, e prepararei tão bem meu espírito a todos os ardis desse grande enganador que, por poderoso e artiloso que seja, nunca poderá impor-me algo. (§ 12 da Primeira Meditação).

Reale admite que Descartes estava diante de questões que exigiam maior fundamentação da atividade cognoscitiva do homem. Como ser pensante, o *eu* revela-se como lugar de multiplicidade de idéias.¹² A grande aporia encontrada por Descartes, neste momento, reside no fato de ter colocado todo o edifício do saber na esfera da consciência e por isso encontra certa dificuldade em explicar o caráter objetivo das faculdades cognoscitivas. Diante de muitas idéias, no campo da consciência, Descartes se depara com a idéia inata de Deus. Agora, afirma Reale, que Descartes teve de tratar o problema da existência de Deus não mais a partir do mundo externo, mas a partir de sua própria consciência.¹³

Descartes, a partir da *Terceira Meditação*, se engendra numa cadeia de pensamentos que visa à abolição da dúvida. Ele considerara, por exemplo, a incoerência de uma suspeita da existência ou não de um Deus; todavia, a evidência dessa suspeita deve incorrer, diante da possibilidade da existência de um, na prova de sua existência. A idéia inata de Deus em Descartes começa a se manifestar como elemento norteador da ação cognoscitiva do pensar objetivo humano. Ainda no campo de nossa compreensão acerca do legado cartesiano, o fato do conhecimento passar para as esferas cognoscitivas do homem não apresenta total ressonância no projeto do pensador francês. Descartes concluiu que a realidade objetiva de algumas de suas idéias se mantém fora dele, pois para ele mesmo não há possibilidade do reconhecimento, da clareza e da distinção com as quais elas se apresentam, nem tampouco de ser-lhe a causa. Na impossibilidade de se auto-atribuir à causa dos efeitos de tais idéias, Descartes concebe a existência de Deus. Aqui, notadamente, Descartes aboliu o *grande* Deus enganador para colocar em cena o Deus que garante a cognoscibilidade do ser pensante.

Portanto, resta tão-somente a idéia de Deus, na qual é preciso considerar se há algo que não possa ter provindo de mim mesmo? Pelo nome de Deus entendo

¹² Cf. Giovanni REALE, *História da filosofia*, p. 371.

¹³ Cf. Giovanni REALE, *História da filosofia*, p. 372.

uma substância infinita, eterna, imutável, independente, onisciente, onipotente e pela qual eu próprio e todas as coisas que são (se é verdade que há coisas que existem) foram criadas e produzidas. Ora, essas vantagens são tão grandes e tão eminentes que, quando mais atentamente as considero, menos me persuado de que essa idéia possa tirar sua origem de mim tão-somente. E, por conseguinte, é preciso necessariamente concluir, de tudo o que foi dito antes, que Deus existe; pois, ainda que a idéia da substância esteja em mim, pelo próprio fato de ser eu uma substância, eu não teria, todavia, a idéia de uma substância infinita, eu que sou um ser finito, se ela não tivesse sido colocada em mim por alguma substância que fosse verdadeiramente infinita. (*Terceira Meditação* § 22).

A prova da existência de Deus gera, diante das conclusões de Descartes, uma afirmação: quem nega o Deus como criador considerar-se-á um autoproduto. Isso, portanto, não garantiria ao ser pensante a possibilidade de exercício de sua ação cognoscitiva. Reale conclui que sob as forças protetoras de Deus, as faculdades cognoscitivas não podem nos enganar, já que, neste caso, o próprio Deus, que é o seu criador, seria responsável por tal engano. E Deus, sendo sumamente perfeito, não é mentiroso. Desse modo, aquele Deus, em cujo nome se tentava bloquear a expansão do novo pensamento científico, aparece aqui como aquele que, garantindo a capacidade cognoscitiva de nossas faculdades, estimula tal empreendimento. Assim, afirma Reale, que a dúvida é derrotada e o critério da evidência é justificado conclusivamente. “O Deus criador impede que se considere que a criatura seja portadora dissolutório dentro de si ou que suas faculdades, estimula tal empresa.”¹⁴ Além do poder cognoscitivo das faculdades, Deus garante também todas aquelas verdades, claras e distintas, que o homem estiver em condições de alcançar.¹⁵

A prova ontológica de Descartes surgirá na *Quinta Meditação*. O argumento para a tal prova fundamentou-se nas verdades matemáticas. A existência, afirma Reale, é parte integrante da essência. Dessa forma, não é possível ter a idéia de Deus sem admitir sua existência. A *lógica* utilizada por Descartes, conforme já foi dito, pertence à ordem das certezas matemáticas (mais particularmente a geometria) e tal constatação surge no § 5 da *Quinta Meditação*.

E o que, aqui estimo mais considerável é que encontro em mim uma infinidade de idéias de certas coisas que não podem ser consideradas um puro nada, embora talvez elas não tenham existência fora de meu pensamento, e que não são fingidas por mim, conquanto esteja em minha liberdade pensá-las; mas elas possuem suas naturezas verdadeiras e imutáveis. Como por exemplo, quando imagino um triângulo ainda que não haja talvez em nenhum lugar do mundo, fora do meu pensamento, uma tal figura, e que nunca tenha havido alguma, não deixa entretanto, de haver uma certa natureza ou forma, ou essência determinada, dessa figura, a qual é imutável e eterna, que não inventei absolutamente e que não depende, de maneira alguma, de meu espírito; como parece, pelo fato de que se pode demonstrar diversas propriedades desse triângulo, a saber, que os três ângulos são iguais a dois retos, que o maior ângulo é oposto ao maior lado e outras semelhanças, as quais agora, quer queira, quer não, reconheço mui claramente e mui evidente estarem nele, ainda que não tenha antes pensado nisto de maneira alguma, quando imaginei pela primeira vez um triângulo; e, portanto, não se pode dizer que eu as tenha fingido e inventado. (§ 5 da Meditação Quinta).

¹⁴ Cf. Giovanni REALE, *História da filosofia*, p. 372-373

¹⁵ Loc. cit.

Portanto, a certeza da existência de Deus está regulamentada pela ordenação das verdades matemáticas. A prova ontológica ocorre de fato no § 7 da *Quinta Meditação*, onde Descartes admitiu não encontrar em seu *pensamento* uma idéia de um ser soberanamente perfeito. Isto fez com que o pensador francês admitisse que a existência Deus possuía a mesma natureza das figuras e números que estão *demonstrados* na matemática (geometria).

[...] a existência de Deus deve apresentar-se em meu espírito ao menos como tão certa quanto considere até agora todas as verdades das matemáticas, que se referem apenas aos números e às figuras. [...] persuado-me facilmente de que a existência pode ser separada da essência de Deus e de que, assim, é possível conceber Deus não existindo atualmente. Mas, não obstante, quando penso nisso com maior atenção, verifico claramente que a existência não pode ser separada da essência de um Deus, tanto quanto da essência de um triângulo retilíneo não pode ser separada da grandeza de seus três ângulos iguais a dois retos ou, da idéia de uma montanha sem vale. (§ 7da Meditação Quinta).

A preocupação de Descartes, na *Meditação Sexta*, está concentrada, em grande parte, na *prova* da existência das coisas materiais. A ordem das certezas já fora construída com a provada existência de Deus, todavia falta-lhe a apresentação de um argumento que venha fazer a manutenção da ordem das coisas; ou seja, algo precisa garantir a existência das coisas materiais. “Só me resta agora examinar se existem coisas materiais: e certamente, ao menos, já sei que as pode haver, na medida em que são consideradas como objeto das demonstrações da geometria, visto que desta maneira, eu as concebo mui clara e distintamente”¹⁶.

O Deus de Descartes reaparece como elemento fundamental e mantenedor das coisas que ele pode conceber de forma clara e distinta, pois é dele a natureza da faculdade que possibilita a cognoscibilidade e não do próprio ser pensante. Descartes usou o recurso da imaginação e dele retornou à questão das coisas que ele poderia considerar como verdadeiras a partir do plano dos sentidos. Descartes precisa agora dar conta da *aparente* ordenação que há na natureza, posto que o movimento que o seu pensamento realiza se desloca do ser pensante para o plano exterior. Talvez daí surja a justificativa de ter de retornar ao que inicialmente desprezou: a realidade que se configura nas esferas sensoriais.

E primeiramente, recordarei em minha memória quais são coisas que até aqui considerarei como verdadeiras, tendo-as recebido pelos sentidos, e sobre que fundamentos estava apoiada minha crença. E, depois, examinei as razões que me obrigaram em seguida a colocá-las em dúvida. (§ 6 da Meditação Sexta).

A ordem da certeza das coisas se apresenta como a garantia da existência das coisas corpóreas. Portanto, se fosse possível provar a existências das coisas materiais – que são em quase sua totalidade mantidas na esfera dos sentidos – Descartes realizaria a construção completa do seu edifício do saber. O pensador francês problematizou a faculdade dos sentidos e questionou o que deles pode ser desprezado a partir da prova da dúvida.

Mas depois, muitas experiências arruinaram, pouco a pouco, todo o crédito que eu dera aos sentidos. Pois observei muitas vezes que torres, que de longe se me afiguravam redondas, de perto pareciam-me quadradas, e que colossos, erigidos sobre os mais altos cimos dessas torres, pareciam-me pequenas estátuas quando

¹⁶ Sexta meditação.

as olhava de baixo; e assim, em uma infinidade de outras ocasiões, achei erros nos juízos fundados nos sentidos exteriores, mas mesmo nos interiores: pois haverá coisa mais íntima ou mais interior do que a dor? E, no entanto, aprendi outrora de algumas pessoas que tinham os braços e as pernas cortados, que lhes parecia ainda, algumas vezes, sentir dores nas partes que lhes haviam sido amputadas; isto me dava motivo de pensar que eu não podia também estar seguro de ter dolorido algum de meus membros, embora sentisse dores nele. (§ 13 da Meditação Sexta). [...] E a essas razões de dúvida acrescentei ainda, pouco depois, duas outras bastante gerais. A primeira é que jamais acreditei sentir algo, estando acordado, que não pudesse, também, algumas vezes, acreditar sentir, ao estar dormindo; e como não creio que as coisas que me parece que sinto ao dormir procedem de quaisquer objetos existentes, não via por que devia ter antes essa crença no tocante àquelas que me parece que sinto ao estar acordado. E a segunda é que, não conhecendo ainda ou, antes, fingindo não conhecer o autor de meu ser, nada via que pudesse impedir que eu tivesse sido feito da tal maneira pela natureza que me enganasse mesmo nas coisas que me pareciam ser mais verdadeiras. (§ 14 da Meditação Sexta).

A existência das coisas materiais também se apresenta como subsidiária da verdade divina. Descartes inicia seus argumentos no § 17 da *Meditação Sexta*, onde afirma mais uma vez que é uma coisa pensante e que estando seu corpo estreitamente ligado à idéia clara e distinta do *eu* (alma), esta pode ser ou existir sem ele.

[...] Demais, encontra-se em mim certa faculdade passiva de sentir, isto é, de receber e conhecer as idéias das coisas sensíveis, isto é, de receber e conhecer as idéias das coisas sensíveis; mas ela seria inútil, e dela não me poderia servir absolutamente, se não houvesse em mim, ou em outrem, uma faculdade ativa, capaz de formar e produzir idéias. Ora, essa faculdade ativa não existir em mim enquanto sou apenas uma coisa que pensa, visto que ela não pressupõe meu pensamento, e, também, que essas idéias me são freqüentemente representadas sem que eu em nada contribua para tanto mesmo, amiúde, mau grado meu...” (§ 19 da Meditação Sexta)

E ainda:

Ora, não sendo Deus de modo algum enganador, é muito patente que ele me envia essas idéias imediatamente por si mesmo, nem também por intermédio de alguma criatura, na qual a realidade das idéias não esteja contida formalmente, mas apenas eminentemente. Pois, não me tendo dado nenhuma para conhecer que isto seja assim, mas ao contrário, uma fortíssima inclinação para crer que elas me são envidas pelas coisas corporais ou em parte destas, não vejo como se poderia desculpá-lo de embaimento se, com efeito, essas idéias partissem de outras causas que não coisas corpóreas, ou fossem, por elas produzidas. E, portanto, é preciso confessar que há coisas corpóreas que existem. (§ 20 da Meditação Sexta)

Conclusão Provisória

Longe de tentar um delineamento geral do pensamento cartesiano, nosso intento foi o de apresentar pontos norteadores da presença do conceito de Deus na filosofia do pensador francês

em questão. Portanto, compreendemos que Descartes orienta-se a partir de dois planos: 1) *a ordem das certezas* e 2) *a ordem ontológica*. No primeiro, Descartes considera a *evidência* como categoria fundamental para certificar a validade de um conhecimento. No entanto, como operação de investigação, ela não é uma teoria essencialista. Trata-se, pois, em nosso entender, de uma teoria do conhecimento. Desta maneira, Descartes concebe o pensamento humano (virada antropocêntrica do pensar) como dispositivo elementar de avaliação da seguridade do saber.

Tratando desta primeira parte, Descartes preocupa-se com o mundo das coisas. No entanto, ele não irá desenvolver esta reflexão tal como os pensadores empíricos saxões. Para ele, só se poderia falar da realidade a partir de uma articulação da realidade como conjunto organizado de entes submetidos a uma ordem criativa e mantenedora, que pode ser representada por Deus. Dessa forma, Descartes compartilha da articulação onto-teológica, mas afasta-se desta tradição quando sugere que as certezas do saber devem residir não nela mesma, mas no ato cognoscitivo do sujeito pensante. Descartes como precursor do pensamento moderno? Se os postulados indispensáveis à instalação da tão controversa modernidade estão na filosofia cartesiana não seríamos ousados em responder tal interrogação que nos fazemos. Entretanto, afirmariamos juntamente com Pierre Guenancia, que hoje torna-se possível observar o que foi a história do pensamento a partir de pólos *claros e distintos*: antes e depois dele.

Referências Bibliográficas

COTTINGHAN, Jonh. *Dicionário Descartes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

DESCARTES, René. *Os pensadores*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FILHO, Raul Landin. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 24 mar. 1996. p. 5-10.

GUENANCIA, Pierre. *Descartes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

REALE, Giovanni. *História da filosofia: do humanismo a Kant*. São Paulo: Paulinas, 1990. Tomo II.